

PROCESSO SEI [23117.020611/2025-29](#)

PROJETO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E DOS BENS CAMINHOS DO TRABALHO UBERLÂNDIA E REGIÃO - UFU MPT

Contemplado pelo EDITAL PARA CADASTRAMENTO DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES (EDITAL PRT-3 Nº 5/2024) da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRAMENTO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES, o PROJETO DE EXTENSÃO CAMINHOS DO TRABALHO – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA E REGIÃO (REGISTRO SIEX 29722) apresenta abaixo o Plano de Trabalho, neste PROCESSO SEI [23117.020611/2025-29](#) contendo informações sobre a destinação de recursos e cronograma de execução.

I - Detalhamento completo da destinação dos recursos e dos bens pretendidos, com informação das quantidades e do custo, bem como indicação dos eventuais recursos que serão despendidos pelo próprio órgão ou entidade.

O Projeto de Extensão Caminhos do Trabalho – UFU está em execução em Uberlândia e região desde outubro de 2023, a partir de um Acordo de Cooperação Técnica firmado **entre UFU e FUNDACENTRO**. A base de suas atividades consiste no **mapeamento e combate à ocultação do adoecimento laboral partindo do atendimento direto dos trabalhadores que sofrem agravos**, promovendo direitos sociais relacionados direta e indiretamente ao trabalho.

Seu objeto é o atendimento direto, em Uberlândia e Região, a trabalhadores que sofrem agravos laborais (acidentes e adoecimentos), promovendo direitos sociais relacionados direta e indiretamente ao trabalho. O

O Caminhos do Trabalho inicia suas atividades congregando docentes do curso de Ciências Sociais e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação das Faculdades de Medicina, do Instituto de Ciências Sociais e do Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFU, funcionamento

como um Projeto de Extensão que articula pesquisa e ensino de forma retroalimentar, (1) melhorando a qualidade da produção acadêmica por meio do contato primário com o objeto de pesquisa, (2) fornecendo apoio à comunidade com base na investigação consistente dos problemas constatados e (3) no compartilhamento dos resultados obtidos com instituições públicas e a sociedade civil.

Os atendimentos começaram em novembro de 2023, acolhendo prioritariamente **teleoperadoras(es) e trabalhadoras da avicultura de Uberlândia**. Estas(es) trabalhadoras(es) tomaram conhecimento do Projeto por diferentes meios: Comunica UFU, imprensa de Uberlândia, divulgação de folhetos em locais públicos – praças, ruas – e da própria experiência dos trabalhadores atendidos – pois a divulgação boca a boca é uma das mais efetivas. Em 2024, por exemplo, as professoras coordenadoras do Caminhos do Trabalho foram entrevistados pela afiliada da Rede Globo para divulgar o Projeto e os problemas relacionados ao adoecimento laboral e sua ocultação. Há também uma página oficial do Instagram e um número telefônico disponíveis ao público para contato, dúvidas e marcação dos atendimentos (34 99972-5231).

Desde janeiro de 2025, todavia, em função de um Acordo Nacional entre **FUNDACENTRO** e **EBSERH**, e considerando a expansão dos serviços prestados, o Projeto Caminhos do Trabalho passou a funcionar dentro do **Hospital de Clínicas da UFU**, atendendo pacientes acidentados e adoecidos pelo trabalho.

Desde que iniciou suas atividades o Projeto Caminhos do Trabalho já atendeu mais de 200 trabalhadores (cerca de 160 dentro do HC e 50 fora do HC), emitiu CATs, produziu Dossiês e Relatórios. Até janeiro de 2025 o projeto atendia trabalhadores externos ao HC, desde então atende trabalhadores dentro do HC, ou seja trabalhadores internados ou que, identificados como possíveis participantes do projeto e depois de terem recebido alta, aceitam participar da entrevista e responder a perguntas contidas nas Fichas de Atendimento.

As entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras são realizadas após assinatura de **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, que autoriza a utilização das informações e dados para fins acadêmicos. As entrevistas são realizadas pessoalmente ou de forma remota, dependendo da disponibilidade da equipe e das(os) trabalhadoras(es). **O armazenamento digital das cópias dos documentos relevantes** apresentados pelos(as) trabalhadores(as) é uma etapa importante e muito criteriosa, em respeito à legislação vigente no país.

Para dar continuidade a este Projeto, por um período de 24 meses, a contar de janeiro de 2026, os recursos recebidos do MPT, a partir do Edital em epígrafe, serão destinados ao pagamento de:

- 1) Bolsas de Extensão aos estudantes de Graduação ou de Pós-Graduação envolvidos nas seguintes atividades:** a) captação dos trabalhadores com suspeita de agravos; b) realização das entrevistas (elementos clínicos e subclínicos e sociojurídico); c) eventual emissão de CAT, d) elaboração de Notificação de Acidente de Trabalho; e) Acompanhamento pós-atendimento, f) elaboração de Relatórios médicos e Dossiês em apoio aos trabalhadores(as).

• Em hipótese alguma haverá destinação de bolsas para a Coordenação do Projeto ou para docentes, eventualmente integrados ao Projeto.

- Os estudantes bolsistas serão selecionados por meio de Edital de Seleção, de acordo com as Regras da PROEXC. Serão aproveitados estudantes já selecionados em editais de processos seletivos, realizados pela PROEXC em 2025, no âmbito do Projeto Caminhos do Trabalho.**
- Demanda-se assim, para o período de 24 meses: a concessão de 10 bolsas mensais de graduação no valor de 700,00 no primeiro ano e de 9 bolsas de graduação mensais no valor de 700,00 no segundo ano = totalizando R\$159.600,00.
- Demanda-se também, para o período de 24 meses: 2 bolsas mensais no valor de 1.400,00 para estudantes de pós-graduação - totalizando R\$67.200,00.

Em síntese:

- Bolsas de graduação R\$159.600,00
- Bolsas de pós graduação: R\$67.200,00
- **Total de custeio com bolsas R\$226.800,00.**

- 2) Aquisição de Passagens e pagamento de diárias para realização do Seminário *O papel da Universidade no combate à subnotificação de acidentes de trabalho em Uberlândia e Região.***

- **Custeio com passagens e diárias para divulgação do do Seminário é de R\$3.200,00.**
 - a. **Passagens aéreas: R\$1.700,00**
 - b. **Estadia: R\$1.500,00**
- 3) **Material de gráfica/serviços de terceiros** para publicação de livro resultante do Seminário *O papel da Universidade no combate à subnotificação de acidentes de trabalho em Uberlândia e Região*:
 - **Custeio total é de R\$1.000,00 (50 exemplares).**
- 4) Material de gráfica para realização de divulgação do Projeto na Campanha Abril Verde - Organização de ações durante a Campanha Abril Verde, nos anos 2026 e 2027.
 - **Custeio de: R\$4.500,00 em 2026 e R\$4.500,00 em 2027, cujo valor total é de R\$9.000,00 (nove mil reais).**
- 5) Pagamento de Despesas operacionais com Fundação de Apoio Universitário: 2%, totalizando
 - **Custeio de R\$5.000,00.**
- 6) Pagamento do **Fundo da UFU**: 2%.
 - **Custeio de R\$5.000,00.**
- 7) **Sem custo** - Organização de reuniões (virtuais e na UFU) e eventuais ações do Projeto Caminhos do Trabalho Uberlândia e Região com órgãos públicos e entidades da sociedade civil envolvidas com o tema saúde e segurança no trabalho, em Araguari e Frutal (MG). O objetivo desta ação é discutir o perfil da acidentalidade nos referidos municípios e promover o debate de eventuais casos atendidos pelo Projeto.

A Universidade Federal de Uberlândia colocará à disposição: espaço físico para atendimento aos trabalhadores em dois espaços, a saber: a Sala 203, do Bloco 5M Santa Mônica, e Sala no espaço do Hospital de Clínicas da UFU (em horários específicos para funcionamento do projeto, equipadas com pontos de rede, mesas, cadeiras, computador, armários, placa do projeto), equipamentos de informática (computadores) e telefone com linha exclusiva para o Projeto Caminhos do Trabalho.

Caberá à PROEX, além do acompanhamento da tramitação do PROCESSO SEI e a responsabilidade o Processo de Seleção de Bolsistas, Inclusão dos bolsistas no SIEX, controle de frequências, emissão de certificados

A FAU fará a gestão dos recursos e prestação de contas .

II - Detalhamento completo da importância do Projeto e a sua eventual correlação com eventuais direitos sociais;

II.1 Resumo

O Projeto Caminhos do Trabalho Uberlândia e Região (SIEX 29722) tem com objetivo atender trabalhadores (as) adoecidos (as) e acidentados (as) pelo trabalho, cujos agravos têm sido, historicamente, ocultados no Brasil, em flagrante desrespeito aos princípios da Constituição de 88 que, no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, Art. 7º, define que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (...) “a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”. Trata-se de um projeto de extensão, articulado à pesquisa e ao ensino, que (1) fornece apoio a trabalhadores (as), orientando-os em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários, bem como ao direito à saúde física e mental, (2) melhora a qualidade da formação acadêmica de estudantes de graduação em contato direto com o público-alvo e (3) produz e compartilha os resultados obtidos com instituições públicas e a sociedade civil. O Caminhos do Trabalho atende trabalhadores gravemente acidentados (as) e adoecidos (as) pelo trabalho dentro do HC da UFU e, eventualmente, também acolhe trabalhadores externos ao HC. Conta atualmente com equipe de 2 estudantes de graduação, das áreas da saúde e humanas, docentes e profissionais do Direito e Medicina. O Projeto também contribui para referenciar a UFU na sociedade e na vida das pessoas, entrecruzando conhecimentos e saberes. A presente proposta demanda recursos para incluir mais um (a) bolsista de graduação no Projeto, durante 10 meses, e financiar a participação da coordenação no Encontro Nacional do Caminhos do Trabalho, que ocorrerá em São Paulo, em março de 2026, e contará com a participação de grupos que compõem uma rede de 18 universidades brasileiras que desenvolvem projetos semelhantes.

II.2 Objeto

O objeto do Projeto Caminhos do Trabalho Uberlândia e Região (UFU/MPT) é o atendimento a trabalhadores adoecidos e acidentados pelo trabalho em Uberlândia e Região.

II.3 Objetivos

Trata-se de um projeto de extensão, articulado à pesquisa e ao ensino, **cujos objetivos são** (1) atender no HC da UFU trabalhadores internados, ou que tiveram alta hospitalar após internação no HC da UFU, por meio de aplicação de questionários de triagem (leitura do TCLE), questionário sociojurídico e médico; 2) fornecer apoio a trabalhadores (as), orientando-os em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários, bem como ao direito à saúde física e mental; 3) melhorar a qualidade da formação acadêmica de estudantes de graduação em contato direto com o público-alvo e 4) produzir e compartilhar os resultados obtidos com instituições públicas e a sociedade civil.

II.4 Justificativa e referencial teórico:

Há décadas, a subnotificação dos acidentes de trabalho (incluindo as três espécies da tipologia adotada pela Previdência: acidente típico, de trajeto e doença ocupacional) é um dos temas mais discutidos no campo da saúde e segurança do trabalho no Brasil. Os casos anualmente apurados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) estão muito distantes do número efetivo de vítimas. A transformação de benefícios previdenciários efetuada pelo INSS desde 2007, por meio do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), revela apenas uma pequena ponta do iceberg de ocultação dos acidentes em todas as suas espécies.

Existe amplo consenso na literatura de que muitos acidentes de trabalho não são notificados no Brasil. Há décadas, até as instituições do Estado admitem o fato de que “mesmo entre os trabalhadores segurados pelo SAT, estudos têm apontado níveis de subnotificação bastante elevados” (BRASIL, 2001, p.21) (ANSILIERO, 2006; BRASIL, 2015).

Muitos estudos já buscaram dimensionar a subnotificação no Brasil, empregando diferentes metodologias de investigação, fontes de dados, setores e regiões do país, como sintetizaram Gonçalves e Ramos (2010) ao final da primeira década de 2000. Estudos posteriores corroboram o cenário de

ocultação. Por exemplo, em artigo baseado em revisão da literatura e pesquisa realizada em Londrina (envolvendo atendimento em emergência), Baldo, Almeida e Spagnuolo (2015) reafirmam os fortes indícios do amplo subdimensionamento dos acidentes.

Há também consenso de que até os acidentes fatais muitas vezes não são comunicados. Em revisão da literatura, Santana, Nobre e Waldvogel (2005) concluem que “os resultados mostram que o nível de sub-registro é surpreendente”, variando de 39% a 81,9%, a depender da região pesquisada. Em pesquisa sobre acidentes fatais ocorridos na construção civil, entre 1997 e 2001, Mangas, Gómez e Thedim-Costa (2008) apuraram que em apenas cerca de 30% dos casos pesquisados houve a respectiva emissão de CAT. A partir da avaliação do Sistema de Informações sobre Mortalidade em 2004, Nobre (2007) estimou em 92,6% a subnotificação de acidentes fatais na região metropolitana de Salvador.

Em 2015, o próprio Ministério do Trabalho, apesar de salientar a ausência de uma estimativa global da subnotificação no Brasil, admitia a existência de muitas pesquisas sobre o tema:

Existem muitos trabalhos científicos sobre acidentes e doenças do trabalho no país que buscam avaliar o grau de subnotificação existente, tentando reunir outros dados originados da análise de boletins de ocorrência policial, atestados de óbito, relatórios do corpo de bombeiros e outras fontes, mas são estudos pontuais que não fornecem uma estimativa sólida sobre a quantidade real de acidentes e doenças do trabalho. (MT, 2015)

Ocorre que, também em 2015, uma primeira estimativa sólida parece ter surgido com a Pesquisa Nacional de Saúde, que corrobora as projeções mais pessimistas acerca do quadro de subnotificação do adoecimento ocupacional no país. Trata-se de levantamento realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em parceria com o Ministério da Saúde, na Pesquisa Nacional de Saúde, que estimou que, **em 2013, cerca de 4,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais sofreram acidentes de trabalho no Brasil, aproximadamente 7 vezes mais do que o número captado pelo INSS, ou seja, uma subnotificação de cerca de 85% dos infortúnios laborais.**

A ocultação de acidentes e doenças ocupacionais produz muitos impactos negativos para a sociedade, a começar do desrespeito aos próprios direitos dos trabalhadores lesionados. As repercussões diferem particularmente com base no tempo de afastamento do trabalhador das suas atividades. Se o afastamento é superior a 15 dias, a empresa deve encaminhá-lo ao INSS para concessão de benefício, sendo obrigada a manter o pagamento mensal do seu FGTS. Além disso, o acidentado adquire um ano de estabilidade no emprego quando o benefício previdenciário se encerra. Afastar o empregado acidentado como se tivesse sofrido uma lesão fora do trabalho não gera, a priori, qualquer gasto (o custo é socializado), permitindo também a imediata

dispensa do trabalhador após seu retorno do INSS. A subnotificação dificulta a análise, a avaliação, o planejamento e a adoção de políticas públicas eficazes. Sem saber em quais setores, onde, como o adoecimento ocorre, com qual frequência, incidência, dentre outras informações, a atuação para reduzir esse problema de saúde pública fica extremamente comprometida. Como apurar as características, os fatores relacionados, a relevância social e atuar sobre os eventos, se eles não são identificados? A ocultação do adoecimento provoca também uma imensa sonegação de recursos, pelas empresas, aos cofres públicos, além da interrupção do recolhimento do FGTS dos trabalhadores afastados. Chamamos aqui a atenção para uma sonegação específica, concernente ao antigo SAT incidente sobre a folha de pagamento, que impacta substancialmente a arrecadação previdenciária. As empresas pagam contribuições previdenciárias, correspondentes ao antigo SAT, que variam entre 0,5% e 6% das suas folhas de pagamento, a depender do setor econômico (1%, 2% ou 3% pelo denominado de RAT) e da acidentalidade da própria empresa (o chamado FAP, que reduz ou eleva o RAT)². Conforme a acidentalidade em cada empresa, ela pode ser beneficiada e pagar metade do RAT, pagar a contribuição sem desconto ou ser obrigada a contribuir com o dobro do percentual do RAT. Ocorre que 94% das empresas em atividade no Brasil estão na faixa do bônus do FAP, ou seja, pagam com redução sua alíquota ³. Segundo os últimos dados disponíveis para a arrecadação do SAT, referente a 2015, foram pagos R\$ 17,8 bilhões. Considerando os níveis de ocultação do adoecimento laboral no Brasil, quanto, de fato, deveria ser o índice do FAP dessas milhões de empresas, por conseguinte, o montante pago do SAT?

A principal causa da ocultação que se relaciona diretamente ao SAT está na prática empresarial de não emissão da CAT e encaminhamento dos empregados lesionados ao INSS como se tivessem adoecimentos sem relação com o trabalho. Desse modo, mais de 90% dos benefícios do INSS são enquadrados como auxílio doença comum (B31), e menos de 10% como doença-acidentário (B 91). Dito de outro modo, a cada 10 auxílios concedidos pelo INSS, apenas 1 é doença-acidentário (B91).

A depender da quantidade real de benefícios classificados equivocadamente, a sonegação do SAT pode variar entre 50% até 75% do valor que seria devido. Considerando que o montante de benefícios efetivamente relacionado com o trabalho pode ser 2, 3, 4 vezes maior do que o número atualmente apurado pelo INSS, é verossímil pensar que, em média, a contribuição das empresas deveria coincidir com o percentual do RAT, o que sugere que R\$ 17,8 bilhões de sonegação do SAT é cenário um conservador.

Vale citar um caso sintomático do problema que estamos abordando. **Os chamados call centers são pródigos pelo adoecimento de trabalhadores, com milhares de autos de infração lavrados pela fiscalização, inúmeras condenações judiciais, farta literatura apontando o nexo entre trabalho**

de teleatendentes e adoecimento, mas prevalece a ocultação generalizada dessa situação no campo previdenciário, explicitada pelas investigações conduzidas pelo Projeto Caminhos do Trabalho¹.

Há uma significativa desproporção entre auxílios doença recebidos pelos empregados dessas empresas e os benefícios considerados relacionados com o trabalho, evidenciando uma ocultação levada às últimas consequências para o adoecimento psíquico, cujo nexos ocupacional é completamente refutado todos os anos (ver dossiê de pesquisa supracitado). Ou seja, **a ocultação do adoecimento laboral psíquico alcança 100% nas referidas empresas.**

Omitir os infortúnios laborais parece ser vantajoso para as empresas porque evita repercussões financeiras diretas e indiretas. Isso ajudaria a explicar porque, por definição, elas tendem a não comunicar os acidentes. No caso brasileiro, essa tendência é agravada, pois os limites à exploração do trabalho são historicamente reduzidos, vigendo um padrão de gestão que pode ser chamado de predatório (Filgueiras, 2018)². **Não comunicar acidentes é parte do padrão de gestão do trabalho no país.** É importante salientar que o estado de Minas Gerais é a segunda Unidade da Federação com maior número de acidentes de trabalho. Em 2022, foram 63.815 notificações de Acidentes de Trabalho (CAT) (INSS/CATWEB, 2022). É também a segunda Unidade da Federação em número de concessões de auxílio-doença (N=270.415), assim distribuídos: 17.227 auxílios por acidente de trabalho (B91) (INSS/BENEFÍCIOS, 2022) e 253.188 auxílios comuns (B31). Destacamos que, a cada dez auxílios concedidos em Minas Gerais, nove são comuns e apenas um é acidentário. Vejamos a situação da cidade de Uberlândia.

II.4.1 Perfil da Acidentalidade em Uberlândia

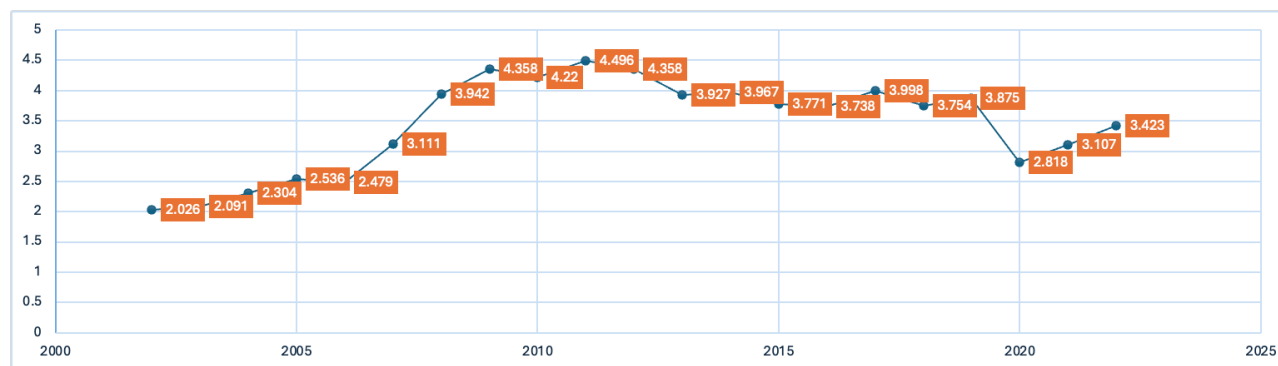
De acordo com o último Censo Demográfico realizado, em 2022 a cidade de Uberlândia tinha 713,2 mil habitantes, uma variação positiva de 18,08% relativamente ao Censo Demográfico de 2010. Na cidade, houve a incidência de 159 casos de Acidentes de Trabalho a cada 10.000 trabalhadores (INSS/CATWEB e MTE/RAIS, 2021) e 7 casos de Mortes no Trabalho a cada 10.000 trabalhadores. No período 2012-2022, foram emitidas 72.299

¹ Ver análise detalhada da ocultação do adoecimento laboral nos call centers em: http://abettrabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Dossie_Call_Center_Caminhos_do_Trabalho.pdf

² Um padrão de gestão do trabalho predominantemente predatório significa um comportamento empresarial que tende a buscar extrair o máximo de excedente do trabalho sem respeitar qualquer limite que considere entrave ao processo de acumulação, engendrando consequências deletérias para a saúde e segurança de quem trabalha, comumente caminhando no sentido da dilapidação, inutilização ou mesmo eliminação física dos trabalhadores.

Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs), segundo o Observatório de Saúde e Segurança no Trabalho (SmartLab). Apenas no ano de 2022, foram 3.423 CATs.

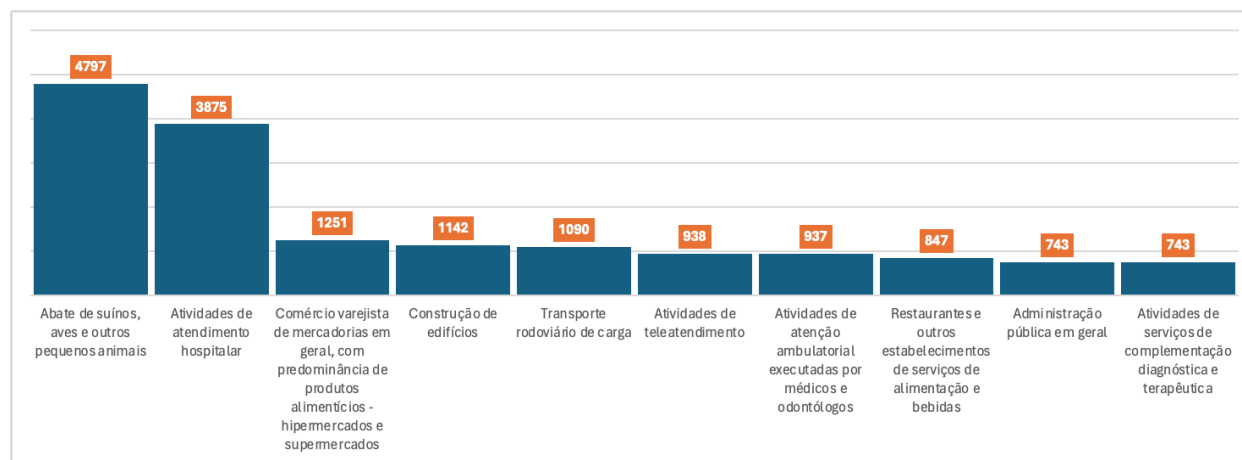
Gráfico 1 - Comunicações de Acidente de Trabalho em Uberlândia, por ano (2012-2022)



Fonte: SmartLab. Elaboração própria.

Os dez setores econômicos com maior percentual de Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT), no período 2012-2022, são apresentados no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Comunicações de Acidente de Trabalho em Uberlândia, por setor econômico (2012-2022)



Fonte: SmartLab. Elaboração própria.

Dentre os setores com mais Comunicações, o “Setor de abates de suínos, aves e outros pequenos animais” figura em primeiro lugar. A alta incidência nesse setor específico pode ser compreendida à luz da literatura, que identifica a organização do trabalho na chamada suinocultura e avicultura como fortemente influenciada por modelos de gestão que visam maximizar a produtividade. Esses modelos impõem ritmos intensos de trabalho, metas muitas vezes inalcançáveis e reduções nos períodos de descanso (Machado, Murofuse, Martins, 2016). Os trabalhadores estão sujeitos a jornadas extenuantes que, combinadas com o monitoramento constante e a pressão para atingir altos níveis de produção, resultam em um ambiente de trabalho patogênico, propício ao surgimento de sofrimentos e adoecimentos psíquicos. As condições de trabalho são marcadas pela repetitividade das tarefas, posturas inadequadas, exposição a temperaturas extremas e uso de equipamentos que aumentam o risco de acidentes. Essas condições não apenas elevam o risco de lesões físicas, mas também exacerbam o estresse e a ansiedade, contribuindo para o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais. O setor de “Atividades de Teleatendimento” ocupa a sexta posição no gráfico acima, mas é, sintomaticamente, **a principal fonte de agravos mensurada pelo projeto Caminhos do Trabalho UFU até agora**. A grande incidência de adoecimentos nesse setor está relacionada a situações de risco e referem-

se principalmente “às doenças osteomusculares, às doenças psíquicas, a distúrbios de fonação e a distúrbios auditivos” (Souza; Barros; Figueiras, 2017, p. 118). A propensão ao desenvolvimento de tais enfermidades, principalmente os transtornos mentais, relaciona-se às especificidades na gestão do trabalho observada nos call centers, que exige: constante habilidade cognitiva; a atuação em um ambiente de trabalho estressante, com elevado número de ligações e pausas insuficientes; e o estímulo à produtividade, através da divulgação do desempenho individual e recompensas por metas (Souza; Barros; Filgueiras, 2017). **O fato é que a ocultação do adoecimento laboral contempla, mas transcende, as questões financeiras mais visíveis. Ela afeta diretamente direitos sociais: direitos trabalhistas, direitos previdenciários, direitos humanos.** Como parte da gestão, a ocultação é uma estratégia de defesa desse padrão, contribuindo decisivamente para a sua reprodução. Ocorre que a necessidade da comunicação dos acidentes não brota do acaso, mas é consequência de um tratamento dispensado à força de trabalho que provoca agravos à saúde. Se o tratamento mudasse, a forma de gerir o trabalho fosse saudável, não haveria adoecimento, por conseguinte, não existiria necessidade de emissão das CAT. Se as normas de segurança fossem respeitadas e adotadas não haveria tantos acidentes.

Mudar a forma de gestão do trabalho, tornando-a menos gravosa, é justamente o que o MPT vem buscando fazer. Este projeto, portanto, visa contribuir com este propósito e coloca a UFU, seus docentes e pesquisadores e estudantes de distintas áreas do conhecimento nessa direção, com compreensão sobre o significado dos direitos do trabalho, dos agravos ao trabalho e sobretudo da ocultação destes agravos, razão pela qual este projeto foi proposto, vem sendo executado e agora é apresentado neste Edital.

II.5 Histórico do Projeto Caminhos do Trabalho na UFU

O Projeto Caminhos do Trabalho já realizou, até agosto de 2025, o atendimento de cerca de 200 trabalhadores(as), produziu relatórios e Dossiês para trabalhadores. O perfil dos atendimentos fora e dentro do HC da UFU é o seguinte. Em relação ao sexo dos (as) trabalhadores (as), nota-se que a maioria dos atendidos dentro do HC é do sexo masculino (81%), enquanto a maioria dos atendidos fora do HC é do sexo feminino (67%). A maioria dos atendidos, dentro e fora do HC da UFU, é preta e parda. Em relação à jornada trabalhada, 26% dos atendidos fora do HC tem jornada superior a 8 horas diárias, enquanto 37% dos atendidos dentro do HC trabalham mais de 8 horas diárias. Dentre os atendidos fora do HC, a maioria trabalha na atividade de “Teleatendimento” seguida da atividade “Produção de pintos de um dia”. Dentro do HC da UFU, a maioria dos atendidos trabalha como “pedreiros”, seguida de “motociclistas e ciclistas de entregas rápidas”, “mecânico” e motoristas em geral.

Com o aporte do MPT poderemos estimar que alcançaremos o número de setecentas pessoas ou mais, nos próximos 24 meses, e poderemos produzir na forma de Seminário, intitulado *O papel da Universidade no combate à subnotificação de acidentes de trabalho em Uberlândia e Região*, e publicação em livro, dados consistentes sobre o perfil da acidentalidade, o tamanho da subnotificação e evidenciar a importância do atendimento e acompanhamento dos trabalhadores atendidos.

Entende-se que o Projeto tem amplas condições para participar, na condição de organizador, da Campanha Abril Verde. Abril Verde é uma campanha de conscientização sobre segurança e saúde no trabalho, realizada durante o mês de abril, com o objetivo de reduzir acidentes e doenças ocupacionais. A campanha enfatiza a importância de ambientes de trabalho seguros e saudáveis, promovendo ações de prevenção e bem-estar para os colaboradores. A proposta é integrar a Campanha, promovendo atividades de conscientização focalizadas entre setores de atividade econômica específicos, tais como Call Centers, construção civil e frigoríficos.

Finalmente, o projeto pretende também ampliar atendimentos e realizar atividades junto a órgãos públicos e da sociedade civil de Araguari e Frutal para divulgação do perfil da acidentalidade e discussão de casos atendidos pelo Projeto Caminhos do Trabalho Uberlândia e região, orientando, colaborando com a prevenção e elaboração do Dossiê e fomentando boas práticas.

Diante de um problema multifacetado foi concebido o projeto Caminhos do Trabalho em Uberlândia e Região. A base de suas atividades, como mencionado, consiste no **mapeamento e combate à ocultação do adoecimento laboral partindo do atendimento direto dos trabalhadores que sofrem agravos**, tendo em vista que a comunicação dos infortúnios pode ser feita por outros agentes além das empresas. O presente Plano busca **consolidar esse projeto em Uberlândia e região**, sendo a UFU a recebedora e gestora dos recursos revertidos pelo MPT da 3ª Região e Projeto Caminhos do Trabalho em Uberlândia e Região o responsável pela realização do projeto e prestação de contas das atividades, conforme termo de cooperação a ser assinado entre as partes.

III - Cronograma do Projeto indicando as etapas, atividades responsáveis, mês de referência

CRONOGRAMA DO PROJETO CAMINHOS DO TRABALHO EM UBERLÂNDIA E REGIÃO UFU MPT																									
Etapas		jan-26	fev-26	mar-26	abr-26	mai-26	Jun-26	jul-26	Ago-26	set-26	out-26	nov-26	dez-26	jan-27	fev-27	mar-27	abr-27	mai-27	Jun-27	jul-27	Ago-27	set-27	out-27	nov-27	dez-27
1) Desenvolvimento do Projeto	Responsável																								
Atendimento de trabalhadores no HC UFU	Bolsistas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
a) captação dos trabalhadores com suspeita de agravos;	Bolsistas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
b) realização das entrevistas (elementos clínicos e subclínicos e sociojurídico);	Bolsistas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
c) eventual emissão de CAT	Bolsistas/Coordenação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
d) elaboração de Notificação de Acidente de Trabalho;	Bolsistas/Coordenação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
e) Acompanhamento pós-atendimento,	Bolsistas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
f) elaboração de Relatórios médicos e Dossiês em apoio aos trabalhadores(as).	Bolsistas/Coordenação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2) Realização de Seminário <i>O papel da Universidade no combate à subnotificação de acidentes de trabalho em Uberlândia e Região</i>	Bolsistas/Coordenação									x															
3) Publicação de Livro	Bolsistas/Coordenação																								x

3) Organização do Abril Verde	Bolsistas/Coordenação		X	X	X										X	X	X							
4) Reuniões com órgãos públicos e da sociedade civil de Araguari e Frutal para divulgação do perfil da acidentalidade e discussão de casos atendidos pelo Projeto Caminhos do Trabalho Uberlândia e região	Coordenação		X	X	X										X	X	X							

IV - Orçamento indicando quantidade, descrição, valor unitário, detalhamento de cada despesa.

1) Bolsas para estudantes

1.1 De graduação: no primeiro ano

No primeiro ano

- Quantidade/mês: 10 bolsas.
- Valor unitário/mês: R\$700,00
- Total/mês R\$ 7000,00 mês.
- Total/12 meses: R\$ 84.000,00

No segundo ano

- Quantidade/mês: 9 bolsas.
- Valor unitário/mês: R\$700,00
- Total/mês R\$ 6300,00 mês.
- Total/12 meses: R\$ 75.600,00

1.2 De pós-graduação

- Quantidade/mês: 2 bolsas
- Valor unitário/mês: R\$1.400,00
- Total/mês: R\$2.800,00
- Total/24 meses: R\$67.200,00

Total/bolsas/24 meses: R\$226.800,00.

2) Despesas com Seminário *O papel da Universidade no combate à subnotificação de acidentes de trabalho em Uberlândia e Região*

Convidados: Representantes do MPT Uberlândia; CEREST; Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Coordenação Nacional do Caminhos do Trabalho; Fundacentro; Sindicatos.

Passagens aéreas: R\$1.700,00

Diárias: R\$1.500,00

Total/ Seminário: R\$3.200,00

3) Publicação de livro resultante do Seminário *O papel da Universidade no combate à subnotificação de acidentes de trabalho em Uberlândia e Região*:

Quantidade: 50 exemplares

Valor unitário: R\$20,00

Total/ Publicação: R\$1.000,00

4) Organização de ações durante a Campanha Abril Verde, nos anos 2026 e 2027, com custeio de Gráfica:

R\$4.500,00 em 2026

R\$4.500,00 em 2027

Total/ campanhas: R\$9.000,00

5) Despesas Operacionais Fundação de Apoio Universitário: 2% = R\$5.000,00

6) Despesas Operacionais UFU: 2% R\$5.000,00

Total: R\$250.000,00

V- Cronograma de desembolso

VER ANEXO 1.

VI - Metas e indicadores:

- Realização de duas ações Abril Verde (2026 e 2027)
- Realização de 01 Seminário *O papel da Universidade no combate à subnotificação de acidentes de trabalho em Uberlândia e Região:*

Publicação de 01 livro resultante do Seminário *O papel da Universidade no combate à subnotificação de acidentes de trabalho em Uberlândia e Região*

- Realização de Reuniões semanais
- Atendimentos mensais previstos:
 - Dentro do HC da UFU: 26 mensais
 - Fora do HC da UFU (Uberlândia, Araguari, Frutal): 4 mensais
 - Total dos atendimentos mensais: 30 trabalhadores (as)
 - Total dos atendimentos no período de 24 meses: 720 trabalhadores (as)

VII – Resultados esperados

- 1) Formação de bolsistas de extensão, com expertise no tema saúde e segurança do trabalhador, em articulação com pesquisa e ensino.

- 2) Atendimentos a trabalhadores adoecidos e acidentados pelo trabalho, com orientação, emissão de CATs, produção de relatórios que possam individualmente contribuir com a vida, o trabalho, a saúde, criando um contexto de cidadania, de valorização dos direitos sociais e trabalhistas, bem como valorização do papel da Universidade Federal de Uberlândia, “um bem público a serviço do Brasil”
- 3) Realizar Seminário ***O papel da Universidade no combate à subnotificação de acidentes de trabalho em Uberlândia e Região*** durante o qual bolsistas possam participar de forma ativa da organização, realização e apresentação de trabalhos
- 4) Produzir e publicar um livro resultado do seminário
- 5) Realização de duas campanhas educativas, Abril Verde 2026 e Abril Verde 2027, sensibilização da população sobre acidentalidade, prevenção, acesso a direitos, conscientização sobre importância da formalização do trabalho, da Carteira Asssinada, da Contribuição Previdenciária para a sociedade.

VIII – Período de execução incluído no Cronograma abaixo:

- **De 1 janeiro de 2026 à 31 dezembro de 2027 – perfazendo 24 meses.**

IX - Referências

ALMEIDA-FILHO, Naomar. Modelos de determinação social das doenças crônicas não-transmissíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(4):865-884, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nnM5F8bTMpzmkj7RGs5xvFF/abstract/?lang=pt>; Acesso 23 jun 2024.

ANSILIERO, Giuliana. O movimento Slow Food: a relação entre o homem, alimento e meio ambiente. 2006.

BALDO, Renata Cristina Silva; SPAGNUOLO, Regina Stella; ALMEIDA, Ildeberto Muniz de. O Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) como fonte de informações de acidentes de trabalho em Londrina, PR. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, n40: 147-155, 2015.

BRASIL, Ministério da Fazenda. 1o. Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade - Doença mental e trabalho. 2017. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/04/1%C2%BA-boletim-quadrimestral.pdf>. Acesso 23 jun 2024.

FILGUEIRAS, V.A. Saúde e segurança no trabalho no Brasil. In: (org) Saúde e Segurança no Brasil. Brasília: Gráfica Movimento, 2017.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo et al (org). Saúde e Segurança do trabalho no Brasil. Brasília: Gráfica Movimento, 2017.

FILGUEIRAS, Vitor; VILAS BOAS, Victória. Nota de pesquisa: projeto caminhos do trabalho. Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, v. 46, n. 254, p. 665-687, set./dez. 2021. Disponível em: https://nec.ufba.br/wp-content/uploads/2022/05/9-NOTA-DE-PESQUISA_PROJETO-CAMINHOS-DO-TRABALHO.pdf; Acesso 23 jun 2024.

FUNDACENTRO. Manifesto do Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho. 22 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2024/abril/manifesto-do-dia-internacional-em-memoria-das-vitimas-de-acidentes-e-doencas-relacionadas-ao-trabalho#:~:text=No%20Brasil%5B1%5D%2C%20entre,cada%203%20horas%20e%20meia>. Acesso 23 jun 2024.

GONÇALVES FILHO, Anastácio Pinto; RAMOS, Magna Fernandes. Trabalho decente e segurança do trabalhador: análise dos acidentes de trabalho na Bahia no período de 2005 a 2009. Bahia Análise & Dados, Salvador, SEI, v.2/3, jul./set., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2016.v40n110/134-147/pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, México, 2, 1982, pp. 7-25. Disponível em: https://unasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/6126/mod_resource/content/1/Conteudo_on-line_2403/un01/pdf/Artigo_A_SAUDE-DOENCA.pdf. Acesso 23 jun 2024.

MACHADO, Leila de Fátima; MUROFUSE, Neide Tiemi; MARTINS, Julia Trevisan. Vivências de ser trabalhador na agroindústria avícola dos usuários da atenção à saúde mental. *Saúde Debate*, v. 40, n. 110, p. 134-147, 2016. Disponível em:

MANGAS, Raimunda Matilde do Nascimento; GÓMEZ, Carlos Minayo; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. Acidentes de trabalho fatais e desproteção social na indústria da construção civil do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 2008, 33: 48-55.

RIBEIRO, Bruno Chapadeiro. Nexo causal entre trabalho e saúde/doença e o problema das perícias. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* n. 49, 2024. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/38622pt2024v49e8>

SANTANA, Vilma; NOBRE, Letícia Nobre; WALDVOGEL, Bernadette Cunha. Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 10, n. 4, p. 841-855, 2005.

SOUZA, Ilan F.; BARROS, Lidiane A.; FILGUEIRAS, Vitor A. *Saúde e Segurança do Trabalho Curso Prático*. Brasília: ESMPU, 2017. ISBN 978-85-9527-020-6. Disponível em <http://abet-trabalho.org.br/saude-e-seguranca-do-trabalho-curso-pratico-orgs-ilanfonseca-de-souza-lidiane-de-araujo-barros-vitor-araujo-filgueiras/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ANEXO I

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO POR TIPO DE RUBRICA E VALOR MÊS A MÊS (em reais)

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO POR TIPO DE RUBRICA E VALOR MÊS A MÊS em reais																										
Etapas		Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26	Ago 26	Set 26	Out 26	Nov 26	Dez 26	Jan 27	Fev 27	Mar 27	Abr 27	Mai 27	Jun 27	Jul 27	Ago 27	Set 27	Out 27	Nov 27	Dez 27	Total
1) Pagamento de Bolsas de Estudo de Graduação	10 Bolsas de graduação o mensais	7000	7000	7000	7000	7000	7000	7000	7000	7000	7000	7000	7000													84000
	09 Bolsas de graduação o mensais													6300	6300	6300	6300	6300	6300	6300	6300	6300	6300	6300	6300	75600
	2 Bolsas de Pós Graduação mensais	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	2800	67200

Valores mensais a serem despendidos mensalmente com despesas		9800	9800	9800	9800	9800	9800	9800	9800	9800	9800	9800	9800	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	226800
2) Realização de Seminário	Valor Unitário							Com pra de passa gem			Realiza ção do seminário																
	3 Diárias										1500																1500
	Passagens Salvador Udia - Salvador							700																			700
	Passagens São Paulo Udia São Paulo							1000																			1000
Valores mensais a serem despendidos								1700			1500																3200
3) Publicação de Livro	Valor Unitário																50 exem plares										
	20																1000										1000
4) Campanha Abril Verde, nos anos 2026 e 2027	Material de gráfica 2026				Abril Verde												Abril Verde										4500
	Material de gráfica 2027				4500												4500										4500

5) Despesas operacionais FAU (2%)	2% do total do projeto	5000																								5000
6) FUNDO UFU (2%)	2% do total do projeto	5000																								5000
Total		19800	9800	9800	14300	9800	9800	11500	9800	9800	11300	9800	9800	9100	9100	9100	14600	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	9100	250000